

LEI Nº 657 DE 12 MARÇO DE 2024.

Fixa os subsídios dos Vereadores do Município de Camocim de São Félix, para Legislatura de 2025 a 2028 e dá outras providências.

Eu, **GIORGE DO CARMO BEZERRA**, Prefeito do Município de Camocim de São Félix – PE, no uso de minhas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º O subsídio mensal dos Vereadores do Município de Camocim de São Félix para legislatura que se inicia em janeiro de 2025 e termina em dezembro de 2028 será de R\$ 9.000,00 (nove mil reais).

Parágrafo único - É assegurado aos Vereadores o direito a percepção do 13º (décimo terceiro), salário.

Art. 2º. O valor do subsídio dos vereadores não poderá ultrapassar os limites constantes do inciso VI, do art. 29, da Constituição Federal.

Art. 3º Os subsídios pagos não poderão ultrapassar ainda:

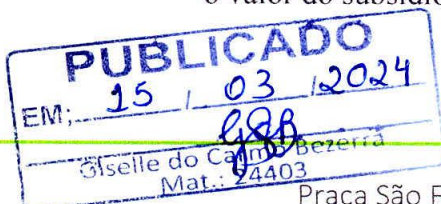
I - Individualmente, para cada Vereador, a remuneração do Prefeito Municipal, conforme inciso XI, do art. 37, da Constituição Federal;

II - Anualmente, no seu somatório, a 5% (cinco por cento) da Receita Municipal, conforme inciso VII, do art. 29, da Constituição Federal;

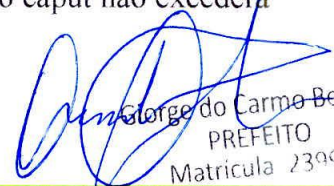
III - Incluindo o gasto com os subsídios de seus Vereadores, a Câmara Municipal não gastará mais de 70% (setenta por cento) de sua receita, com folha de pagamento, conforme §1º, do art. 29-A, da Constituição Federal;

Art. 4º Ao Presidente da Câmara será concedida uma verba de representação de natureza indenizatória equivalente a R\$ 9.000,00 (nove mil reais), mensais, pelo exercício de atribuições relativas à representação do Poder Legislativo.

Parágrafo Único - A verba indenizatória estabelecida no caput não excederá o valor do subsídio do vereador.



TRABALHANDO A SERVIÇO DO POVO



Giorge do Carmo Bezerra
PREFEITO
Matricula 23990

Art. 5º Na convocação dos membros da Câmara Municipal, durante os recessos legislativos regimentalmente previstos, é vedado o pagamento de parcela indenizatória em razão da convocação, mesmo que seja feita a requerimento do executivo.

Art. 6º As despesas decorrentes desta lei correrão por conta da dotação orçamentária própria, consignada nos orçamentos anuais, suplementada se necessário, observadas as disposições da Lei Federal no 4.320/1964.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2025.

Camocim de São Félix-PE, 12 de março de 2024.



George do Carmo Bezerra
George do Carmo Bezerra
Prefeito Constitucional

